

## **Canal Energia – 13/02/2015 O fantasma de 2001 bate à porta**

[http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Reportagem\\_Especial.asp?id=105190#](http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Reportagem_Especial.asp?id=105190#)

### **Reportagem Especial CanalEnergia**

#### **O fantasma de 2001 bate à porta**

**Cenário adverso para o setor elétrico encontra semelhanças ao período pré-acionamento em áreas que vão da operação ao clima de negócios**

**Mauricio Godoi, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Reportagem Especial  
13/02/2015**

O momento é crítico. Reservatórios de hidrelétricas em níveis baixos, geradoras e distribuidoras com dificuldades de caixa, economia que não avança e a indústria perdendo sua força, obras de expansão da oferta de energia e transmissão em atraso e questões políticas se sobressaindo sobre os interesses do país. Esse cenário, associado a preocupações com o atendimento à demanda no horário de ponta, chega ao inevitável, o racionamento no fornecimento de energia elétrica, mas isso, em 2001.

As semelhanças entre o ambiente que precedeu a necessidade de cortar o consumo de energia em 20% na média são grandes com o momento do setor elétrico. Contudo, especialistas apontam que o principal ponto divergente é a maior presença de outras fontes na matriz elétrica nacional quando comparada à do início da década passada. A dependência da fonte hídrica à época do racionamento era mais alta, cerca de 90% da geração vinha de hidrelétricas. Segundo dados mais recentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, a participação da fonte hídrica em dezembro de 2014 ficou em 68,7% do total. "Muito difícil dizer o contrário, mas são idênticos os períodos", resumiu Eduardo José Bernini, diretor da Tempo Giusto e que naquele período era o *country manager* da portuguesa EDP no Brasil

Bernini avaliou que o principal fator em comum nos dois períodos está o quadro hidrológico extremamente severo. Na década passada esse problema começou a dar suas primeiras indicações na virada de 1999 para 2000. E com o passar do tempo acentuou a necessidade de expansão. Essa etapa, vinda por meio do programa prioritário de termelétricas e depois o emergencial, pouco antes do racionamento. A crise hídrica desse momento, contudo, destacou, é a mais severa de toda a série histórica de mais de 80 anos. Em sua análise, a situação não está mais crítica porque houve o desenvolvimento de base térmica que está segurando a demanda. Além disso, outro fator agravante era a deficiência no modelo de comercialização de energia e não contemplava a contratação de longo prazo.



## Situação financeira mais delicada

Eduardo Bernini, da Tempo Giusto

A autora do livro "Racionamento: do susto à consciência", Maria Angela Jabur, conta que os pontos coincidentes são muitos entre os dois períodos. Os fatos já elencados na abertura dessa reportagem levaram a uma confusão setorial que afastou o interesse dos investidores justamente no momento em que o mercado estava começando a se abrir ao capital privado. "Vejo que estamos agora no mesmo ambiente de discussão ideológica que o setor passou naquele período", lembrou ao se referir ao cenário político que envolvia a corrida presidencial.

"Ocorreu o artificialismo das tarifas naquele momento que trouxe desequilíbrio às empresas e conseqüentemente atrasos e até paralisação de obras. A crise estava vindo e não se tomava nenhuma medida, e quando lançaram o programa prioritário de termelétricas (PPT) não foi para frente porque não havia interesse em investir por aqui", acrescentou Jabur que é jornalista e hoje atua como consultora em análises conjunturais do setor elétrico.

E o cenário de deterioração se completava ainda com problemas de inadimplência no Mercado Atacadista de Energia (MAE), competências conflitantes entre o MME e a Aneel e a crise de confiança no governo. Em seu relato como jornalista que cobria o setor elétrico à época, Jabur lembra que as concessionárias acumularam perdas globais próximas a R\$ 7 bilhões entre junho e novembro de 2001. Esse montante foi o resultado da redução de receita das distribuidoras e do aumento do custo das geradoras.

Histórico de ENA - Submercado Sudeste/Centro Oeste - em % MLT

	2000	2001	2002	2011	2012	2013	2014
Jan	96.89	72.41	99.84	136.38	129.67	81.39	53.43
Fev	114.13	71.03	112.44	82.80	83.17	93.88	38.22
Mar	107.68	66.55	80.72	158.13	67.38	88.70	62.96
Abr	84.84	67.21	65.21	134.79	77.80	121.80	81.72
Mai	73.89	73.00	89.50	113.07	99.81	95.39	75.82
Jun	76.30	76.00	74.14	111.68	152.98	149.51	102.22
Jul	88.47	79.00	79.98	117.10	122.54	146.48	88.15
Ago	98.31	79.00	88.43	136.22	96.51	108.59	87.74
Set	178.38	85.00	99.30	94.84	84.40	96.50	85.30
Out	89.99	108.00	67.92	119.16	69.78	111.86	62.71
Nov	108.27	98.00	82.17	99.33	84.14	82.39	68.33
Dez	106.25	102.00	86.54	106.42	65.33	95.18	84.14

Fonte: ONS

O diagnóstico feito pela jornalista é muito parecido com o apresentado pelo presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim. Em seu livro, "Novo Modelo do Setor Elétrico Brasileiro", ele cita rapidamente o relatório de Jerson Kelman sobre o desequilíbrio do sistema elétrico brasileiro, que vinha ocorrendo desde 1999. E lembra que a crise hídrica apenas antecipou a crise energética.

E ainda que o atraso das obras de geração e de transmissão seria o fator preponderante para que ocorresse o problema. No relatório havia a constatação de que a demanda crescia de acordo com o esperado, diferentemente da expansão da oferta. Ele lembra de sua avaliação diante da Comissão Mista do Congresso Nacional sobre a crise ao citar que o problema era de investimentos, em grande parte estatal e que não foram realizados por conta de aspectos contábeis, não de chuvas. Isso porque os investimentos das estatais eram colocados como despesa do governo. E sem investimentos estatais e nem privados em decorrência das incertezas nas operações do MAE, a crise, finalizou Tolmasquim em seu livro, era inevitável.

A consultora relata que em 2001 o quadro de escassez de energia ficou mais evidente "No início do ano o governo contavam com um aumento de 4,3 mil MW para o período. A evolução foi muito menor, por causa de novos atrasos. Do total previsto, 1 mil MW seriam importados da Argentina, 1,3 mil MW produzidos pela usina nuclear de Angra II, 590 MW pela hidrelétrica Itá, 460 MW pela termelétrica Uruguaiana e 330 MW pela termelétrica de Cuiabá. Angra II não entrou em operação na data prevista. Não houve, também a importação de energia da Argentina porque as linhas de transmissão entre o Sul e o Sudeste não tinham capacidade transportá-la. E no Sul, como se sabe, não havia problemas de escassez. Tudo contribuiu para a maior utilização do estoque de água, que, em junho início da estiagem, de maneira geral, já não chegava a atingir 50% da capacidade dos reservatórios".



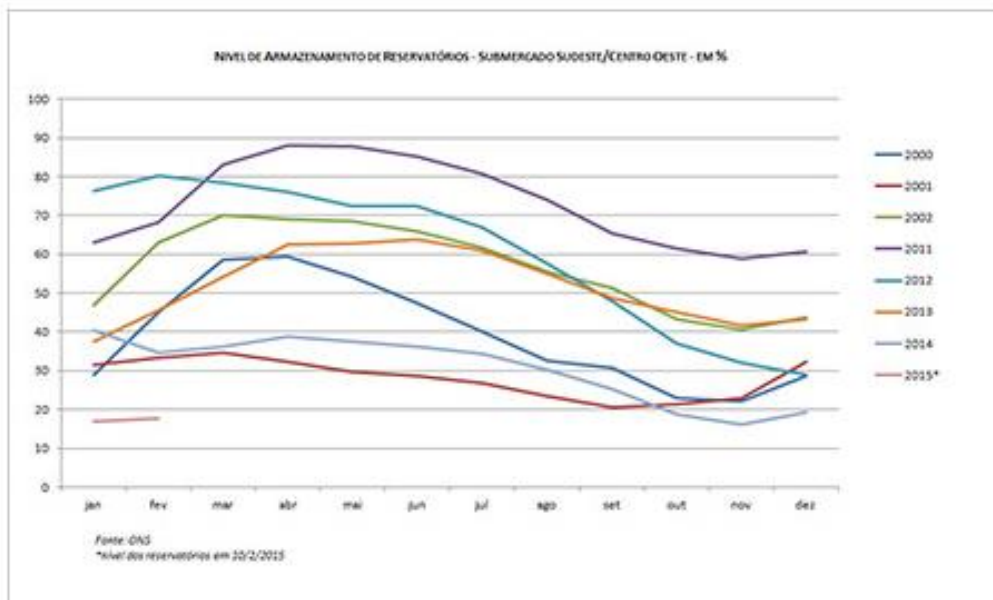
## Reação do SIN é menor

João Carlos Mello, da Thymos Energia

O presidente da Thymos Energia, João Carlos Mello, destaca que as comparações com o cenário vivido na década passada são inevitáveis. Contudo, as condições do sistema são outras. Essas diferenças podem ser observadas quando se analisa os indicadores de operação do SIN, como o nível de reservatórios mais baixos em 2015 do que em 2001. E ainda, a relação entre a capacidade de armazenamento ante a carga que é menor agora do que no passado.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, não fazer o racionamento naquele período representaria levar o país ao total desabastecimento. Ele que atuava ao lado de investidores norte-americanos disse que apesar do quadro desenhado da crise, considera que a forma como o governo atuou foi eficiente. "Tanto que não se precisou fazer corte de energia e a economia foi acima do esperado", ressaltou.

Para Paulo Mayon, sócio da Compass, que àquela época estava à frente da Associação Nacional de Consumidores de Energia, apesar dessa relação menor, a capacidade de geração térmica tem segurado a demanda no país. Tanto que avalia ser natural que se espere o final do período úmido para se tomar qualquer medida relacionada a uma redução de carga compulsória. "O custo para a sociedade é grande, principalmente se a chuva vier e reverter situação", disse ele. Mas, lembrou que quanto mais tempo passar e as condições não se alterarem, mais forte ou mais extenso teria que ser a medida.



O presidente da Thymos diz que a previsão para o SIN é grave e mais ainda para o Sudeste/Centro-Oeste cujo armazenamento de janeiro rondou os 16%. "Se o padrão de ENA nessa região não for semelhante a 2008, teremos problemas", analisou Mello. "Para ficar igual a 2008 tem que chover 1mil milímetros nas principais bacias do Sudeste. É muita chuva e a climatologia não aponta para esse sentido", avaliou.

Realmente esse cenário é o que se espera. Segundo a diretora da Climatempo, Patrícia Madeira, a hidrologia de 2000 não foi ruim. Ela explica que o problema é que houve um período de dois meses em que o regime de precipitações caiu e demorou para retornar. Ela cita que em novembro e dezembro de 2000 havia chuva praticamente em níveis normais. O problema ocorreu em janeiro e fevereiro. Mas com isso o nível dos reservatórios já havia chegado a um nível crítico para o perfil da matriz elétrica brasileira. Segundo ela, o fenômeno desde 2012 não tem relação com o que ocorreu em 2001. "O que temos nesse ano é uma consequência dos últimos anos onde ficamos 'devendo' água por conta da anomalia do regime de chuvas. Os modelos climáticos de 2015 apontam que este ano será melhor que 2014", disse Madeira.

Bernardo Bezerra, diretor da PSR, diz que a diversidade da matriz elétrica nacional está em uma situação melhor do que havia naquele período. Mas, diferentemente da grande maioria, ele chama atenção para o fato de que os índices de crescimento da demanda estimados pelo planejador para a expansão do sistema não são alcançados seguidamente. Por isso, disse ele, o nível atual dos reservatórios não estão relacionados ao incremento do consumo e sim ao fator de fricção em termos de deplecionamento dos reservatórios é mais rápido do que deveria ocorrer.



## Fator de fricção é o maior responsável

Bernardo Bezerra, da PSR

"O sistema poderia ter chegado ao final do ano com 20 pontos a mais de armazenamento, ou seja, de 16% poderíamos ter 36% e estarmos em uma situação bem mais confortável do que a atual se fosse considerado esse fator de fricção", afirmou o diretor da PSR. Em sua avaliação, o governo deveria reconhecer o problema que passa pelo assoreamento de reservatórios, restrições elétricas e perda de eficiência da própria usina. E então, contratar energia para corrigir esse problema que é estrutural, não conjuntural como vem defendendo. Segundo cálculos da consultoria, seriam necessários 2,5 GW adicionais para restabelecer o equilíbrio no sistema. Essa contratação, reforçou o executivo, feita por meio de leilão de energia de reserva. Ele diz que o atraso das obras ajuda a potencializar o problema do fornecimento de energia.

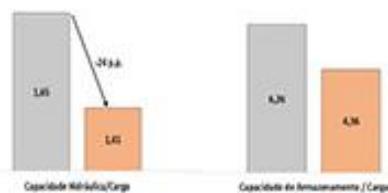
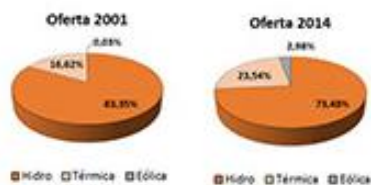
## Desequilíbrio

A parte financeira das empresas do setor foi afetada diretamente pela necessidade de redução da demanda no período do racionamento. Bernini conta que em 2001 as empresas deixaram de receber um valor equivalente a 20% de seu faturamento em média. Só que ao mesmo tempo seu custo fixo não mudou. Então, sua receita estava 20% mais baixa do que antes o que afetou diretamente a rentabilidade desses investimentos no país que acabavam de ser feitos em decorrência do processo de desestatização coordenado pelo governo daquele período.

Contudo, diz que o atual momento financeiro das empresas está mais deteriorado do que em 2001. Em sua análise, a situação de desequilíbrio que a MP 579 levou as empresas do setor coloca mais um sinal de alerta para as empresas do setor. E apontou o impacto sobre os *covenants* financeiros das empresas, um indicador de desempenho econômico financeiro, como um fator importante a se avaliar. Além disso, há ainda o problema da alta exposição dos bancos a empresas do setor elétrico de acordo com os indicadores de governança dessas instituições financeiras com o empréstimo de R\$ 17,8 bilhões. Um fator que pode em um cenário mais extremo corroer ainda mais a situação das finanças dessas concessionárias.

O advogado especialista no setor elétrico David Waltenberg apontou que a crise de confiança que se instalou no Brasil em 2001 teve como origem a mudança abrupta de caminho do setor. E teve como base os impactos financeiros dessa crise. E esse fato veio com o Anexo V, que já previa condições de rearranjo de contratos na hipótese de racionamento, mas ao nível de 5% de corte, não de 20% como veio naquele ano.

Tipo de Oferta	2001 (MW Inst.)	2014 (MW Inst.)
Hidráulica	61.554	88.538
Térmica	10.481	18.512
Nuclear	1.966	2.007
PCH	855	4.811
Biomassa	0	9.388
Eólica	21	3.780
<b>TOTAL</b>	<b>74.877</b>	<b>127.036</b>
<b>Capacidade de Armazenamento</b>	<b>236.505</b>	<b>288.790</b>
<b>Carga</b>	<b>37.752</b>	<b>66.222</b>
<b>Meses de reservatório</b>	<b>6,26</b>	<b>4,36</b>
Capacidade Instalada/Carga	198,34%	191,83%
Capacidade Térmica/Carga	32,97%	45,16%
Capacidade Hidráulica/Carga	165,31%	140,96%
Capacidade Eólica/Carga	0,06%	5,71%



Fonte: Thyos Energia - 2001 ONS e 2014 CCEE Boletim de Operação de Usinas setembro/2014

**AMPLIAR**

Com isso, as geradoras ficaram devendo energia porque tinham que produzir menos enquanto as distribuidoras, que tinham o direito a receber a energia, exigiam esse volume para vender o excedente. O governo no meio do caminho, contou Waltenberg, mudou as regras, porque as distribuidoras estavam nas mãos do capital privado e as geradoras ainda eram estatais em sua grande maioria. Isso, para impedir a transferência desses recursos a empresas do exterior.

"Criou-se aí uma crise diplomática de verdade até que o grande acordão do setor rasgou esse anexo V fez-se o empréstimo às distribuidoras via BNDES e o valor foi repassado ao consumidor via RTE", explicou. Hoje, concordou ele, a situação financeira está muito mais complicada para as empresas, mas juridicamente esse fator que ocorreu no passado não é mais possível. Na lei 10.848, há apenas diretrizes em casos de racionamento. Os novos contratos preveem ajustes de volume de energia a serem entregues no mesmo patamar de um corte da carga.

### Oportunidade

Mas, houve o lado positivo. Os especialistas ouvidos apontam que foi possível observar o lado bom de se estimular o consumo mais responsável. Nesse sentido, o Brasil ficou mais eficiente. Tanto que a demanda recuou mais que o estabelecido no plano de racionamento e demorou alguns anos para que a carga retomasse seu patamar pré-crise. E, caso realmente tenhamos um novo evento de redução forçada no consumo, Bernini disse que há espaço para ações de eficiência energética como foi verificado em 2001. Contudo, o problema é que não se sabe o quanto poderemos obter de redução depois que uma boa parte de ações simples e rápidas já foram tomadas.

Mayon, da Compass, disse que havia gordura para ser queimada e as pessoas se envolveram para reduzir sua demanda. E aponta que ainda há essa possibilidade, porém, reduzida e limitada ao segmento residencial. "Na indústria e no comércio há pouco espaço pois fizeram a sua lição de casa. No segmento residencial, por exemplo, os aparelhos em *stand by* e o uso ineficiente de eletrodomésticos poderiam abrir um espaço entre 5% e 8% de redução da demanda", indicou.



## Racionamento de 2001 sem corte

Claudio Sales, do Instituto Acende Brasil

Bezerra, da PSR, lembrou que a crise de 2001 proporcionou uma acentuada mudança de hábito de consumo da população, que ainda vivia como se estivesse em períodos de hiperinflação vivido na década de 80 e início de 90. Nesse momento que podemos estar em uma nova versão, diz que ainda há espaço para aumentar a eficiência energética, assim como em 2001, e mais, se houver o sinal econômico, incentivar a geração distribuída como forma de mitigar riscos de um desabastecimento.

"O consumidor era permissivo quanto ao uso da energia. O racionamento despertou essa consciência. Toda a sociedade, a indústria fez a conta e atendeu as metas de maior eficiência energética que se mantiveram após esse período", disse Sales, do Acende Brasil. Em função do atual momento, que classificou de alto risco, o executivo do instituto disse que o governo deveria rever sua posição e ser mais transparente. Pelo menos, trabalhar em um plano de contingência onde informa com transparência as condições em que se decretaria um racionamento. "Lamento que o governo não liderou esse movimento em função do medo das palavras. Falta transparência", disse ele, ao lembrar que o próprio ONS já havia indicado os níveis necessários para a operação do SIN. "A questão não é se vai ter ou não o racionamento, independente disso, devemos estar prontos com um plano consistente ao invés de se fazer algo na base do improvisado que trará uma solução capenga", finalizou.

O momento é crítico. Reservatórios de hidrelétricas em níveis baixos, geradoras e distribuidoras com dificuldades de caixa, economia que não avança e a indústria perdendo sua força, obras de expansão da oferta de energia e transmissão em atraso e questões políticas se sobressaindo sobre os interesses do país. Esse cenário, associado a preocupações com o atendimento à demanda no horário de ponta, chega ao inevitável, o racionamento no fornecimento de energia elétrica, mas isso, em 2001.

As semelhanças entre o ambiente que precedeu a necessidade de cortar o consumo de energia em 20% na média são grandes com o momento do setor elétrico. Contudo, especialistas apontam que o principal ponto divergente é a maior presença de outras fontes na matriz elétrica nacional quando comparada à do início da década passada. A dependência da fonte hídrica à época do racionamento era mais alta, cerca de 90% da geração vinha de hidrelétricas. Segundo dados mais recentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, a participação da fonte hídrica em dezembro de 2014 ficou em 68,7% do total. "Muito difícil dizer o contrário, mas são idênticos os períodos", resumiu Eduardo José Bemini, diretor da Tempo Giusto e que naquele período era o country manager da portuguesa EDP no Brasil

Bemini avaliou que o principal fator em comum nos dois períodos está o quadro hidrológico extremamente severo. Na década passada esse problema começou a dar suas primeiras indicações na virada de 1999 para 2000. E com o passar do tempo acentuou a necessidade de expansão. Essa etapa, vinda por meio do programa prioritário de termelétricas e depois o emergencial, pouco antes do racionamento. A crise hídrica desse momento, contudo, destacou, é a mais severa de toda a série histórica de mais de 80 anos. Em sua análise, a situação não está mais crítica porque houve o desenvolvimento de base térmica que está segurando a demanda. Além disso, outro fator agravante era a deficiência no modelo de comercialização de energia e não contemplava a contratação de longo prazo.

A autora do livro "Racionamento: do susto à consciência", Maria Angela Jabur, conta que os pontos coincidentes são muitos entre os dois períodos. Os fatos já elencados na abertura dessa reportagem levaram a uma confusão setorial que afastou o interesse dos investidores justamente no momento em que o mercado estava começando a se abrir ao capital privado. "Vejo que estamos agora no mesmo ambiente de discussão ideológica que o setor passou naquele período", lembrou ao se referir ao cenário político que envolvia a corrida presidencial.

"Ocorreu o artificialismo das tarifas naquele momento que trouxe desequilíbrio às empresas e conseqüentemente atrasos e até paralisação de obras. A crise estava vindo e não se tomava nenhuma medida, e quando lançaram o programa prioritário de termelétricas (PPT) não foi para frente porque não havia interesse

em investir por aqui", acrescentou Jabur que é jornalista e hoje atua como consultora em análises conjunturais do setor elétrico.

E o cenário de deterioração se completava ainda com problemas de inadimplência no Mercado Atacadista de Energia (MAE), competências conflitantes entre o MME e a Aneel e a crise de confiança no governo. Em seu relato como jornalista que cobria o setor elétrico à época, Jabur lembra que as concessionárias acumularam perdas globais próximas a R\$ 7 bilhões entre junho e novembro de 2001. Esse montante foi o resultado da redução de receita das distribuidoras e do aumento do custo das geradoras.

O diagnóstico feito pela jornalista é muito parecido com o apresentado pelo presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim. Em seu livro, "Novo Modelo do Setor Elétrico Brasileiro", ele cita rapidamente o relatório de Jerson Kelman sobre o desequilíbrio do sistema elétrico brasileiro, que vinha ocorrendo desde 1999. E lembra que a crise hídrica apenas antecipou a crise energética.

E ainda que o atraso das obras de geração e de transmissão seria o fator preponderante para que ocorresse o problema. No relatório havia a constatação de que a demanda crescia de acordo com o esperado, diferentemente da expansão da oferta. Ele lembra de sua avaliação diante da Comissão Mista do Congresso Nacional sobre a crise ao citar que o problema era de investimentos, em grande parte estatal e que não foram realizados por conta de aspectos contábeis, não de chuvas. Isso porque os investimentos das estatais eram colocados como despesa do governo. E sem investimentos estatais e nem privados em decorrência das incertezas nas operações do MAE, a crise, finalizou Tolmasquim em seu livro, era inevitável.

A consultora relata que em 2001 o quadro de escassez de energia ficou mais evidente "No início do ano o governo contavam com um aumento de 4,3 mil MW para o período. A evolução foi muito menor, por causa de novos atrasos. Do total previsto, 1 mil MW seriam importados da Argentina, 1,3 mil MW produzidos pela usina nuclear de Angra II, 590 MW pela hidrelétrica Itá, 460 MW pela termelétrica Uruguaiana e 330 MW pela termelétrica de Cuiabá. Angra II não entrou em operação na data prevista. Não houve, também a importação de energia da Argentina porque as linhas de transmissão entre o Sul e o Sudeste não tinham capacidade transportá-la. E no Sul, como se saber, não havia problemas de escassez. Tudo contribuiu para a maior utilização do estoque de água, que, em junho início da estiagem, de maneira geral, já não chegava a atingir 50% da capacidade dos reservatórios". Reação do SIN é menor João Carlos Mello, da Thyos Energia.

O presidente da Thyos Energia, João Carlos Mello, destaca que as comparações com o cenário vivido na década passada são inevitáveis. Contudo, as condições do sistema são outras. Essas diferenças podem ser observadas quando se analisa os indicadores de operação do SIN, como o nível de reservatórios mais baixos em 2015 do que em 2001. E ainda, a relação entre a capacidade de armazenamento ante a carga que é menor agora do que no passado.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, não fazer o racionamento naquele período representaria levar o país ao total desabastecimento. Ele que atuava ao lado de investidores norte-americanos disse que apesar do quadro desenhado da crise, considera que a forma como o governo atuou foi eficiente. "Tanto que não se precisou fazer corte de energia e a economia foi acima do esperado", ressaltou.

Para Paulo Mayon, sócio da Compass, que àquela época estava à frente da Associação Nacional de Consumidores de Energia, apesar dessa relação menor, a capacidade de geração térmica tem segurado a demanda no país. Tanto que



avalia ser natural que se espere o final do período úmido para se tomar qualquer medida relacionada a uma redução de carga compulsória. "O custo para a sociedade é grande, principalmente se a chuva vier e reverter situação", disse ele. Mas, lembrou que quanto mais tempo passar e as condições não se alterarem, mais forte ou mais extenso teria que ser a medida.

O presidente da Thymos diz que a previsão para o SIN é grave e mais ainda para o Sudeste/Centro-Oeste cujo armazenamento de janeiro rondou os 16%. "Se o padrão de ENA nessa região não for semelhante a 2008, teremos problemas", analisou Mello. "Para ficar igual a 2008 tem que chover 1mil milímetros nas principais bacias do Sudeste. É muita chuva e a climatologia não aponta para esse sentido", avaliou.

Realmente esse cenário é o que se espera. Segundo a diretora da Climatempo, Patrícia Madeira, a hidrologia de 2000 não foi ruim. Ela explica que o problema é que houve um período de dois meses em que o regime de precipitações caiu e demorou para retornar. Ela cita que em novembro e dezembro de 2000 havia chuva praticamente em níveis normais. O problema ocorreu em janeiro e fevereiro. Mas com isso o nível dos reservatórios já havia chegado a um nível crítico para o perfil da matriz elétrica brasileira. Segundo ela, o fenômeno desde 2012 não tem relação com o que ocorreu em 2001. "O que temos nesse ano é uma consequência dos últimos anos onde ficamos 'devendo' água por conta da anomalia do regime de chuvas. Os modelos climáticos de 2015 apontam que este ano será melhor que 2014", disse Madeira.

Bernardo Bezerra, diretor da PSR, diz que a diversidade da matriz elétrica nacional está em uma situação melhor do que havia naquele período. Mas, diferentemente da grande maioria, ele chama atenção para o fato de que os índices de crescimento da demanda estimados pelo planejador para a expansão do sistema não são alcançados seguidamente. Por isso, disse ele, o nível atual dos reservatórios não estão relacionados ao incremento do consumo e sim ao fator de fricção em termos de deplecionamento dos reservatórios mais rápido do que deveria ocorrer.

"O sistema poderia ter chegado ao final do ano com 20 pontos a mais de armazenamento, ou seja, de 16% poderíamos ter 36% e estarmos em uma situação bem mais confortável do que a atual se fosse considerado esse fator de fricção", afirmou o diretor da PSR. Em sua avaliação, o governo deveria reconhecer o problema que passa pelo assoreamento de reservatórios, restrições elétricas e perda de eficiência da própria usina. E então, contratar energia para corrigir esse problema que é estrutural, não conjuntural como vem defendendo. Segundo cálculos da consultoria, seriam necessários 2,5 GW adicionais para restabelecer o equilíbrio no sistema. Essa contratação, reforçou o executivo, feita por meio de leilão de energia de reserva. Ele diz que o atraso das obras ajuda a potencializar o problema do fornecimento de energia.

## **Desequilíbrio**

A parte financeira das empresas do setor foi afetada diretamente pela necessidade de redução da demanda no período do racionamento. Bernini conta que em 2001 as empresas deixaram de receber um valor equivalente a 20% de seu faturamento em média. Só que ao mesmo tempo seu custo fixo não mudou. Então, sua receita estava 20% mais baixa do que antes o que afetou diretamente a rentabilidade desses investimentos no país que acabavam de ser feitos em decorrência do processo de desestatização coordenado pelo governo daquele período.

Contudo, diz que o atual momento financeiro das empresas está mais deteriorado do que em 2001. Em sua análise, a situação de desequilíbrio que a MP 579 levou as empresas do setor coloca mais um sinal de alerta para as empresas do setor. E apontou o impacto sobre os covenants financeiros das

empresas, um indicador de desempenho econômico financeiro, como um fator importante a se avaliar. Além disso, há ainda o problema da alta exposição dos bancos a empresas do setor elétrico de acordo com os indicadores de governança dessas instituições financeiras com o empréstimo de R\$ 17,8 bilhões. Um fator que pode em um cenário mais extremo corroer ainda mais a situação das finanças dessas concessionárias.

O advogado especialista no setor elétrico David Waltenberg apontou que a crise de confiança que se instalou no Brasil em 2001 teve como origem a mudança abrupta de caminho do setor. E teve como base os impactos financeiros dessa crise. E esse fato veio com o Anexo V, que já previa condições de rearranjo de contratos na hipótese de racionamento, mas ao nível de 5% de corte, não de 20% como veio naquele ano.

Com isso, as geradoras ficaram devendo energia porque tinham que produzir menos enquanto as distribuidoras, que tinham o direito a receber a energia, exigiam esse volume para vender o excedente. O governo no meio do caminho, contou Waltenberg, mudou as regras, porque as distribuidoras estavam nas mãos do capital privado e as geradoras ainda eram estatais em sua grande maioria. Isso, para impedir a transferência desses recursos a empresas do exterior.

“Criou-se ai uma crise diplomática de verdade até que o grande acordo do setor rasgou esse anexo V fez-se o empréstimo às distribuidoras via BNDES e o valor foi repassado ao consumidor via RTE”, explicou. Hoje, concordou ele, a situação financeira está muito mais complicada para as empresas, mas juridicamente esse fator que ocorreu no passado não é mais possível. Na lei 10.848, há apenas diretrizes em casos de racionamento. Os novos contratos preveem ajustes de volume de energia a serem entregues no mesmo patamar de um corte da carga.

### **Oportunidade**

Mas, houve o lado positivo. Os especialistas ouvidos apontam que foi possível observar o lado bom de se estimular o consumo mais responsável. Nesse sentido, o Brasil ficou mais eficiente. Tanto que a demanda recuou mais que o estabelecido no plano de racionamento e demorou alguns anos para que a carga retomasse seu patamar pré-crise. E, caso realmente tenhamos um novo evento de redução forçada no consumo, Bernini disse que há espaço para ações de eficiência energética como foi verificado em 2001. Contudo, o problema é que não se sabe o quanto poderemos obter de redução depois que uma boa parte de ações simples e rápidas já foram tomadas.

Mayon, da Compass, disse que havia gordura para ser queimada e as pessoas se envolveram para reduzir sua demanda. E aponta que ainda há essa possibilidade, porém, reduzida e limitada ao segmento residencial. “Na indústria e no comércio há pouco espaço pois fizeram a sua lição de casa. No segmento residencial, por exemplo, os aparelhos em stand by e o uso ineficiente de eletrodomésticos poderiam abrir um espaço entre 5% e 8% de redução da demanda”, indicou.

Bezerra, da PSR, lembrou que a crise de 2001 proporcionou uma acentuada mudança de hábito de consumo da população, que ainda vivia como se estivesse em períodos de hiperinflação vivido na década de 80 e início de 90. Nesse momento que podemos estar em uma nova versão, diz que ainda há espaço para aumentar a eficiência energética, assim como em 2001, e mais, se houver o sinal econômico, incentivar a geração distribuída como forma de mitigar riscos de um desabastecimento.

“O consumidor era permissivo quanto ao uso da energia. O racionamento despertou essa consciência. Toda a sociedade, a indústria fez a conta e atendeu

as metas de maior eficiência energética que se mantiveram após esse período”, disse Sales, do Acende Brasil. Em função do atual momento, que classificou de alto risco, o executivo do instituto disse que o governo deveria rever sua posição e ser mais transparente. Pelo menos, trabalhar em um plano de contingência onde informa com transparência as condições em que se decretaria um racionamento. “Lamento que o governo não liderou esse movimento em função do medo das palavras. Falta transparência”, disse ele, ao lembrar que o próprio ONS já havia indicado os níveis necessários para a operação do SIN. “A questão não é se vai ter ou não o racionamento, independente disso, devemos estar prontos com um plano consistente ao invés de se fazer algo na base do improvisado que trará uma solução capenga”, finalizou.